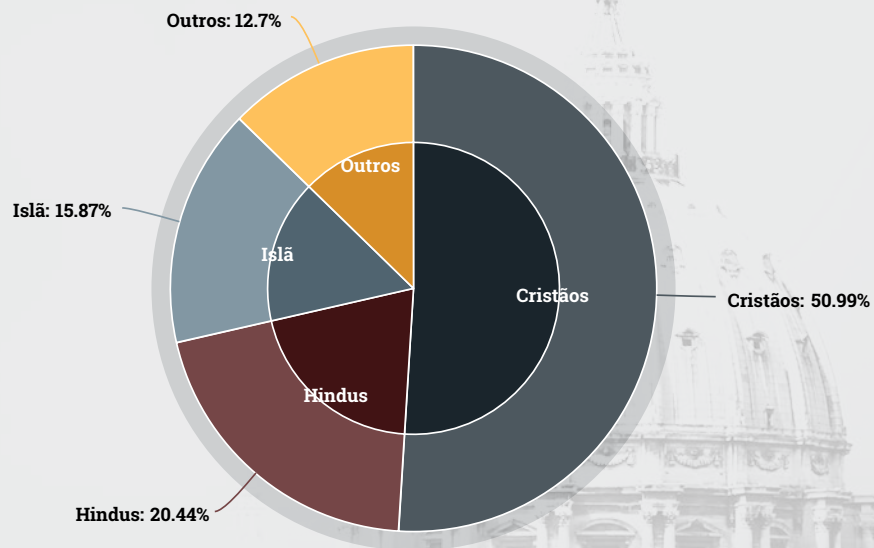
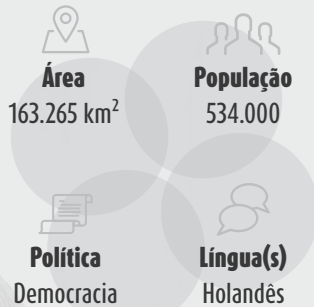


Suriname



DISPOSIÇÕES EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição garante que todos têm direito à liberdade religiosa e de crença (artigo 18º). Ninguém pode ser discriminado por motivos religiosos, incluindo no local de trabalho (artigos 8º e 28º).

O direito à objeção de consciência ao serviço militar é reconhecido (artigo 180º).^[1]

Todos têm direito a escolher ou mudar de religião. A liberdade religiosa é um direito do indivíduo. A violação desse direito pode ser levada perante um tribunal.

O Código Penal pune os que publicamente e por qualquer meios promovam a discriminação baseada na religião ou crença.

A lei proíbe as várias formas de blasfêmia sem privar os infratores da sua liberdade.

A educação religiosa não é permitida nas escolas públicas. No entanto, os feriados religiosos podem ser celebrados. Também não é permitida a educação escolar a partir de casa por motivos religiosos ou outros. No entanto, as escolas

privadas, muitas das quais têm filiação religiosa, podem ensinar religião.

O Estado prevê subvenções para um número limitado de escolas públicas geridas por vários grupos religiosos. Os professores são pagos pelo Estado, pois são funcionários públicos.

As Forças Armadas têm capelães de diferentes religiões: hindus, muçulmanos, protestantes e católicos.

Cinco grupos estão representados no Conselho Interreligioso: a Igreja Católica, dois grupos hindus e dois grupos muçulmanos. O conselho realiza encontros mensais para planejar atividades interreligiosas e elaborar propostas para políticas estatais.^[2]

INCIDENTES

Em outubro de 2014, o ministro da Agricultura do Suriname disse que o debate sobre o cultivo de maconha no país não era uma prioridade, pois a prioridade é produzir alimentos de que o país carece.^[3] Estava respondendo a um pedido de grupos rastafarianos que solicitavam o direito a usar a maconha no âmbito dos seus rituais religiosos.^[4]

[1] http://www.thearda.com/internationalData/countries/Country_212_6.asp (acessado em 8 de Março de 2016).

[2] <http://www.state.gov/documents/organization/238786.pdf> (acessado em 8 de Março de 2016)

[3] <http://www.iwnsvg.com/2014/10/13/suriname-wants-focus-on-food-security-not-marijuana/>

[4] <http://www.caribbeannewsnow.com/topstory-Suriname-wants-focus-on-food->

Em novembro de 2014, o primeiro encontro de líderes muçulmanos da América Latina foi realizado na Turquia e incluiu representantes do Suriname. O objetivo era estabelecer serviços religiosos e oportunidades de cooperação entre muçulmanos na América Latina.^[5]

Em junho de 2015, a Fundação Caritativa e Humanitária Xequê Zayed bin Sultan Al Nahyan, com sede nos Emirados Árabes Unidos, acrescentou o Suriname e Trindade e Tobago ao seu programa do Ramadã. Esta última fornece alimentação adequada para observância deste feriado religioso muçulmano.^[6]

Ao contrário do que acontece em outros países das Caraíbas, a Igreja Católica tem pouca influência social no Suriname, mas também não foi sujeita a qualquer grande caso de discriminação, intolerância ou perseguição religiosa.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Nenhum caso de intolerância foi relatado durante o período em análise. Em comparação com o relatório anterior, isto sugere que a situação da liberdade religiosa se manteve inalterada. A educação religiosa parece ser altamente restringida, mas isto não acontece em famílias que recorrem a escolas privadas. Seria desejável que o acesso igual à instrução religiosa melhorasse.

security%2C-not-marijuana-23190.html (acessado em 8 de Março de 2016)

[5] <http://www.caribbeannewsnow.com/topstory-First-Latin-American-Muslim-religious-leaders-summit-opens-in-Turkey-23647.html> (acessado em 8 de Março de 2016)

[6] <http://www.caribbeannewsnow.com/topstory-Suriname-and-Trinidad-and-Tobago-added-to-UAE-Ramadan-charitable-programme-26620.html> (acessado em 8 de Março de 2016)